



EDITAL Nº 50/2.016 - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2.016

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS, EM CONFORMIDADE COM COMUNICADO FEBRABAN (FB-015/2015).

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Birigui, através do seu Departamento de Compras e Licitações, por iniciativa da Secretaria Municipal de Finanças, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará, **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS, EM CONFORMIDADE COM COMUNICADO FEBRABAN (FB-015/2015)**, nos termos deste Edital e de acordo com a Lei nº8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações. Com início a partir da data de publicação deste edital, com abertura no dia **07/12/2016 às 08:00 horas, e ficando aberto o ingresso de novos credenciados durante o período contratual**, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições gerais de licitação contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, observando ainda, as leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, normas federais, estaduais e municipais. Este procedimento autorizado por meio do **Edital nº 50/2016, Chamamento Público nº 03/2016**.

1. O OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Edital o **Credenciamento de instituições financeiras para que, em nome e por conta do Município de Birigui, procedam ao recebimento de tributos e demais receitas Municipais**, através de documentos de arrecadação emitidos obrigatoriamente em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, e/ou estabelecimentos autorizados, com prestação de contas por transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados.

2. DOS PRAZOS:

2.1 - As propostas de credenciamento serão recebidas a partir da publicação do extrato deste edital, no Departamento de Compras e Licitações localizada na Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, BIRIGUI – SP, no horário de expediente compreendido entre as 07:30 horas até 13:00



horas..

2.2 - O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

2.3 - A Administração Municipal, por intermédio da Comissão Especial – Portaria nº 61/2016, publicará a relação das instituições cadastradas e convocará os credenciados habilitados, para assinatura do CONTRATO, conforme minuta anexa ao presente Edital.

3. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

3.1 - Poderão participar do presente credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Instituição financeira credenciada múltiplo, comercial ou Cooperativa de Crédito, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.

3.2 - É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste credenciamento.

3.3 - As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação do extrato deste Edital de Credenciamento.

3.4 - Não poderão participar deste Credenciamento:

3.4.1 - Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

3.4.2 - Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

3.4.3 - Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

4. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

4.1 - A proposta para o Credenciamento compreende a entrega do pedido de credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, e da documentação relacionada no item 5 deste edital.

4.2 - O pedido de credenciamento e os respectivos documentos serão protocolados no endereço, período e horário referidos no item 2.1 acima, apresentados em **ENVELOPE LACRADO**,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80



contendo as seguintes inscrições no seu anverso:

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016

CREDENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1 Para fins de credenciamento as instituições financeiras interessadas deverão enviar representante junto a Seção de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de BIRIGUI, situado na Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, BIRIGUI – SP, e conforme instruções abaixo onde serão exigidos os seguintes documentos devidamente atualizados:

- a) **Instrumento Público de Procuração**, que conceda ao representante poderes legais, ou
- b) **Instrumento particular de Procuração**, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, cuja comprovação far-se-á através da apresentação do Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social.

5.2 No Instrumento de Procuração (Público Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para praticar todos os atos inerentes ao presente chamamento.

5.3 Habilitação Jurídica:

- a) – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- b) O interessado poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado na letra a, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações, caso houver.
- c) Somente serão credenciados os interessados que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo de atividade pertinente ao objeto deste processo. Expresso no seu contrato social (Ato Constitutivo, etc).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80



d) Declaração da licitante de não utilização de mão de obra infantil, salvo na condição de aprendiz (conforme modelo Anexo V), carimbada e assinada por representante legal da empresa.

e) Declaração inexistência fatos impeditivos sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, carimbada e assinada por representante legal da empresa (conforme modelo Anexo IV).

f) Declaração de Pleno Conhecimento e Aceitação dos Termos do Edital (conforme modelo Anexo III).

Obs.: Caso as Declarações citadas acima não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, anexar **Procuração** que conceda poderes ao signatário.

5.4 Regularidade Fiscal:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, atualizada.

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da empresa, atualizada.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa atualizada.

d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, **INSS**, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.5 Qualificação Econômica Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Execução Judicial, expedida pelo cartório do distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Obs.: As certidões mencionadas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

6. DOS SERVIÇOS E PREÇOS

6.1 - A relação dos serviços, a forma como devem ser prestados, e os respectivos preços, estão discriminados no **Anexo I**, deste Edital (Termo de Referência).

6.2 - Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência do contrato (item 2.2).



7. DO CREDENCIAMENTO:

7.1 - Os pedidos de Credenciamento serão recebidos pela Comissão Especial, que verificará se a documentação atende as condições exigidas neste Edital e solicitará saneamento, caso necessário.

7.2 - Estarão credenciadas a realizar os serviços, as instituições que apresentarem corretamente as documentações exigidas, concordando com as normas propostas pelo Município. A instituição será então convocada para assinar o contrato.

8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO:

8.1 - Das atribuições e deveres da Comissão Especial.

8.1.1 - Receber e organizar a documentação encaminhada pelos interessados, efetuar a sua análise e promover as diligências que entender serem necessárias;

8.1.2 - Dirigir aos interessados as comunicações, notificações e solicitações;

8.1.3 - Receber e instruir os recursos administrativos, podendo rever as decisões tomadas ou encaminhá-los para apreciação da Prefeitura Municipal;

8.2 - Do processamento e julgamento dos pedidos de credenciamento:

8.2.1 - O credenciamento será processado e julgado pela Comissão Especial que, à vista das disposições deste Edital, deferirá ou indeferirá o pedido;

8.2.2 - A comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;

8.2.3 - A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada a instituição financeira interessada;

8.2.4 - As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão.

9. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

9.1 - Executar a arrecadação dos tributos sem ônus para os contribuintes;

9.2 - Repassar ao município o produto integral da arrecadação diária, **nos termos do item 13.2 desse edital**, mediante crédito em Conta de Arrecadação informado pelo município.

9.3 - Remeter, mensalmente, ao MUNICÍPIO o extrato da Conta de Arrecadação na qual é



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80



creditada a arrecadação, sem nenhum ônus adicional para o Município;

9.3.1 - A remessa referida no item 9.3 será feita até o quinto dia útil do mês subsequente;

9.4 - Receber a importância devida pelo contribuinte, mediante quitação efetuada por processo que ofereça segurança, responsabilizando-se por qualquer ação ou omissão de seus funcionários ou prepostos que ocorrer no processo de arrecadação e recolhimento da mesma, bem como pela segurança e guarda da documentação desde o recolhimento até a entrega junto ao MUNICÍPIO.

9.5 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

9.6 - Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item “9.2”, fica instituição financeira ou prestadora de serviço congênere obrigada a creditar ao MUNICÍPIO o produto arrecadado acrescido da atualização monetária através da Taxa de Referência de Títulos Federais (Selic) **à partir do 3º(terceiro) dia útil subsequente ao da arrecadação até o dia do efetivo repasse**, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste edital e nas Leis civil e penal. **Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto do contrato de prestação de serviço, forma da minuta que é parte integrante do presente credenciamento;**

10. DA PREVISÃO DE TARIFAS

10.1 - Pelos serviços relativos à arrecadação dos tributos será paga a tarifa, em conformidade com os canais de arrecadação:

ITEM	SERVIÇO/CANAL DE ATENDIMENTO	VALOR
1	por doc. recebido no Guichê de caixa	R\$ 1,60
2	por doc. recebido na Rede Lotérica ou Similar	R\$ 1,60
3	por doc. recebido Internet	R\$ 1,60
4	por doc. recebido em autoatendimento	R\$ 1,60
5	por doc. recebido nos correspondentes bancários	R\$ 1,60
6	por doc. recebido no Gerenciador Financeiro	R\$ 1,60
7	por doc. recebido no Banco Postal	R\$ 1,60
8	por doc. recebido por Débito em Conta	R\$ 1,60

*Pela execução de todos os serviços disponibilizados pela Instituição, a mesma será remunerada conforme tabela acima, **conforme o canal utilizado.**



11. DO RECURSO:

11.1 - A instituição financeira interessada poderá interpor recurso das decisões da Comissão que negar o pedido de credenciamento no prazo referido no subitem 8.2.4 deste Edital.

11.2 - O recurso, devidamente assinado pelo representante legal da interessada ou por procurador regularmente constituído, deverá ser dirigido à Prefeitura Municipal, e interposto perante a Comissão Especial, devendo ser protocolado no endereço constante do subitem 2.1 deste Edital.

11.3 - Recebido o recurso, a Comissão Especial poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo à instância superior, que, após regular instrução, proferirá sua decisão.

11.4 - Não serão reconhecidos os recursos interpostos intempestivamente ou que não atenderem aos requisitos indicados neste Edital.

11.5 - Da decisão proferida pela instância superior não caberá novo recurso administrativo.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta do Orçamento Municipal do Exercício financeiro de 2.016.

12.2 - A(s) despesa(s) que seguir(em) no(s) exercício(s) subsequente(s) correrá(ão) à de Dotação(ões) Orçamentária(s) que for(em) consignada(s) no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - Todas as Instituições Financeiras credenciadas repassarão ao MUNICÍPIO, através de depósito em **Conta de Arrecadação única a ser informada pelo Município**, o valor recebido, ficando proibida qualquer sobretaxa sobre esses serviços. A conta será informada conforme cláusula 14.2 abaixo.

13.2 - Os valores referentes à prestação dos serviços de arrecadação oriundo do presente credenciamento e respectivo contrato serão **pagos no prazo de 01(um) dia útil**, contado do pagamento do produto de arrecadação, a Instituição credenciada deverá repassar os valores para a conta da Prefeitura Municipal de BIRIGUI, **realizando, neste momento, o débito do valor cobrado pela tarifa de arrecadação.**

Obs. Nas Redes Lotéricas e Similares e Correspondentes Bancários o prazo de pagamento



será de até 02(dois) dias úteis.

13.3 Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período do credenciamento.

13.4. - Pela execução dos serviços descritos neste Edital, o Município de BIRIGUI/SP pagará a(s) instituição(ões) financeira(s) credenciada(s) a importância GLOBAL ESTIMADA, para o período de vigência de 12 (doze) meses, o montante de R\$ 1.805.568,00 (Um milhão, oitocentos e cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais), conforme projeção dos valores unitários fixados no item 10.1 do Edital de Chamada Pública n.º 03/2016.

14. CONTRATO

14.1 - O Contrato de Prestação de Serviços terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos **até o limite de 60 (sessenta) meses**, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93. A prorrogação e o reajuste poderá ocorrer a cada 12 (doze) meses através de uma nova pesquisa de mercado, entretanto, poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

14.2 - O MUNICÍPIO informará uma conta única de arrecadação em banco oficial, para fins de recebimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, na qual os credenciados deverão repassar a essa conta única.

15. DAS PENALIDADES

15.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

15.1.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

15.1.1.1 - Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

15.1.1.2 - Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para a Administração Municipal, para as quais o credenciamento tenha concorrido diretamente;

15.1.1.3 - Descredenciamento quando reiteradamente descumprir alguma



cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal e com a concorrência do credenciado para tal, ou quando o credenciado deixar de cumprir as obrigações assumidas através de falta grave dolosa ou revestida de má-fé ou quando constatada a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos apresentados pelo credenciado.

15.1.1.4 - Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor dos serviços que se propôs a prestar, quando devidamente convocado, na forma do subitem 7.2, e deixar de assinar o contrato.

16. DO DESCRENCIAMENTO ESPONTÂNEO

16.1 - A Instituição financeira credenciada poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, por escrito, à Administração Municipal, **com precedência mínima de 30 (trinta) dias**.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

17.2 - O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à Instituição Financeira credenciada, à realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

17.3 - O Município poderá, a qualquer tempo, solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas no contrato, mediante comunicação prévia à Instituição financeira credenciada, desde que o interesse público assim recomendar, observando o prazo estabelecido.

17.4 - O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com o s termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração;

17.5 – Também, no final do prazo de 12 (doze) meses do presente credenciamento, **havendo a renovação contratual**, permanecerá aberta a oportunidade para que **novas instituições financeiras se credenciem**.

17.7 - Caberá aplicação de multa conforme determinado pela Lei 8.666/993, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste Edital;



17.8 - A previsão do número de guias a serem recolhidas anualmente, estão relacionadas no **Anexo I** deste Edital (Termo de referência).

17.9 - A adesão a este credenciamento importa no reconhecimento pela Instituição Financeira credenciada de que, conforme as normas legais vigentes, lhes é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do contrato.

17.10 - A Instituição financeira credenciada assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do contrato que venham causar prejuízo aos interesses do Município.

17.11 - Caso a Instituição Financeira credenciada não repasse os valores dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, **assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.**

18. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

18.1 - São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Solicitação de Credenciamento;

Anexo III: Modelo de Declaração Pleno Atendimento;

Anexo IV: Modelo de Declaração Superveniência;

Anexo V: Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo VI: Minuta de Contrato;

Anexo VII: Termo de Ciência e Notificação;

Anexo VIII: Cadastro do Responsável.

18.2 - Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Secretaria de Finanças, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 146, Centro, BIRIGUI – SP, telefones (18) 3643-6150, ou pelo e-mail financas@birigui.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal de Birigui, aos vinte e três dias de novembro de dois mil e dezesseis.

Adonai Henrique Brum da Silva
Secretário de Finanças

Pedro Felício Estrada Bernabé
Prefeito Municipal